



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 - 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 05 – Ano III – 05/2014
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

O futuro da universidade: como “planejar” políticas públicas numa sociedade do conhecimento?¹

Prof^a. Dr^a. Egeslaine de Nez

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus
Universitário Vale do Teles Pires (Colider/MT) - Líder do Grupo de Estudos sobre
Universidade GEU/UNEMAT - Brasil

<http://lattes.cnpq.br/6197279063733225>

E-mail: e.denez@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste estudo é refletir sobre as políticas públicas para a Educação Superior, a partir da constatação da existência de uma sociedade do conhecimento. Busca-se ampliar análises na construção de uma instituição para “além” desse processo hegemônico. Para isso, é necessário que todos estejam alerta para compreender a realidade contemporânea, por meio de reflexões sobre os elementos constitutivos desse período histórico e sua interferência no papel desempenhado pelas universidades. A relevância científica desta pesquisa bibliográfica sugere que esse esforço de compreensão é social e político; não se trata apenas de considerar as instituições de Educação Superior inseridas na sociedade do conhecimento. Ao contrário, é imprescindível identificar que a política educacional e a universidade brasileira sofrem tensões no desenvolvimento de suas ações, estando a reboque desse movimento.

Palavras-chave: Universidade. Políticas públicas. Sociedade do conhecimento.

¹ Artigo construído a partir das discussões do Seminário Avançado: Formação de Professores do Ensino Médio, ofertado no Doutorado em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Linha de Pesquisa: Universidade - teoria e prática, pela Profa. Dra. Elizabeth D. Krahe. Uma versão preliminar desse estudo foi publicada no VII Congresso Internacional de Educação Profissão Docente: há futuro para esse ofício? em 2011.

Introdução

O mundo contemporâneo está se modificando, em consequência dos processos de globalização² que afetam a sociedade como um todo. Neste contexto, ressalta-se igualmente a tendência política de internacionalização da Educação Superior e seus desdobramentos, entre os quais a sociedade do conhecimento que permeia as relações institucionais.

Essa internacionalização é pauta de estudos no entendimento da atual sociedade do conhecimento, período histórico em que inovações técnicas e científicas têm se tornado essenciais (MOROSINI, 2006). Na verdade, é inerente ao desenvolvimento da Educação Superior e a sua expansão é inevitável, diante da sociedade globalizada. Segundo Castells (2001) há um denominador comum que caracteriza esse momento, com destaque para a combinação das configurações e aplicações da informação, com as tecnologias da comunicação, em todas as suas possibilidades de reinvenção.

Com relação às políticas públicas educacionais se constituem em um dos campos multidisciplinares que ao mesmo tempo têm desencadeado o empenho de intelectuais e políticos. No entanto, não se pode ignorar que a toda política está subjacente uma intencionalidade teórica.

Este artigo objetiva refletir sobre as políticas públicas para a Educação Superior brasileira, a partir da constatação da existência de uma sociedade do conhecimento, buscando ampliar horizontes na construção de uma instituição para “além” desse processo hegemônico.

Para que aconteça, é necessário que todos os envolvidos estejam alertas para analisar essa realidade, por meio de práticas reflexivas constantes sobre os elementos constitutivos da sociedade do conhecimento e sua interferência no papel desempenhado pelas universidades, através de sua função social explicitada nas políticas públicas.

² A palavra globalização tem vários significados e expressa a constituição da aldeia global no seu processo de desenvolvimento contínuo, onde há intensificação e diversificação de fluxos de pessoas, bens e serviços. Alguns autores intitulam-na de mundialização, internacionalização e transnacionalização, outros utilizam esses mesmos termos para salientar alguns de seus aspectos. Entretanto, há um denominador comum em todos que é a conquista tecnológica, operada pela informática (NEZ, 2014).

A relevância científica desta pesquisa indica que esse esforço de compreensão do papel das instituições de Educação Superior, se revela social e político ao propor a formação de um cidadão e não apenas mão-de-obra. Não se trata apenas de considerar a universidade dentro de uma sociedade do conhecimento, mas sim de verificar que a política educacional sofre interferências no desenvolvimento de suas ações, estando atrelado a esse movimento.

Nesta direção, este estudo bibliográfico discute o futuro da universidade proporcionando reflexões sobre as políticas públicas na sociedade do conhecimento, organizando-se em três partes: primeiramente, são realizadas discussões de cunho teórico sobre o conceito de sociedade do conhecimento; em seguida, procura-se trazer para a pauta a definição e a compreensão das políticas públicas educacionais; e, por fim, na terceira parte se apresenta uma análise sobre a universidade na sociedade do conhecimento, pontuando a correlação existente no âmbito do planejamento institucional com vistas às considerações finais desta investigação.

1. SOCIEDADE DO CONHECIMENTO: CONCEITO E DEFINIÇÃO

Os termos informação, conhecimento e sociedade do conhecimento, que emergem a partir das novas relações sociais, são complexos e despertam interesse de muitos intelectuais e especialistas. Isto acontece pela sua abrangência e profundidade. Independentemente da definição que se adote, aposta-se no predomínio das aplicações da informação e das tecnologias da comunicação.

Com relação à palavra informação, não há facilidade em ser definida, é um conceito polissêmico. Atualmente, é mais difícil ainda, visto que ganhou significado no processo de desenvolvimento dos países juntamente com o conhecimento. Para Lima e Contel (2011), a informação é a transmissão a um ser consciente de uma significação ou de uma noção, por meio de uma mensagem e com base em um suporte espaço-temporal (impresso, onda sonora, por telefone, ou outros meios).

Para Houaiss e Villar (2009), informação é o ato ou efeito de informar, se solidarizando com Lima e Contel (2011) sendo entendida como uma notícia (dada ou recebida); consecutivamente é um esclarecimento sobre os méritos ou estado de

alguém ou algo. Porém, essas definições guardam divergências com Castells (2001) que a compreende mais relacionada com o processamento, a armazenamento e a recuperação dos dados, tornando-se moeda de troca econômica e social, isto se dá efetivamente porque a ordem teórica-conceitual encaminha a uma sociedade regida pela informação.

Já a noção de conhecimento é mais abrangente e tem enorme amplitude; existem diversos tipos de conhecimentos e isso permite aos indivíduos dar *significado* as informações que recebe do meio. Este termo muitas vezes é utilizado para se referir ao conjunto de fatos e princípios acumulados pela humanidade no decurso do tempo. No dicionário, é definida como ato ou efeito de conhecer, ideias, noção, notícia e experiência (HOUAISS e VILLAR, 2009).

Genericamente, pode-se dizer que o conhecimento é o ato de saber alguma coisa, de tomar consciência de determinado fato, é conhecer, é apropriar-se intelectualmente de um campo dado de fatos ou de ideias que constituem o saber estabelecido. Todavia, é compreendido como a “familiaridade ou estado de consciência que se obtém com a experiência de estudar determinado fato”, pode ainda ser a “soma da extensão/percurso/área do que tem sido encontrado, percebido ou aprendido” (SQUIRRA, 2005, p. 257) e, por fim a específica informação sobre algo.

É notório que os conceitos vão além dos seus descritores e evidenciam que a informação, a produção e a difusão do conhecimento têm relação direta com a questão do poder. Isso acontece porque o conhecimento e a ciência são universais, e não há fronteiras e nem barreiras aos dois. Hoje, o conhecimento é amplamente reconhecido como o principal insumo da economia que se intitula economia do conhecimento (HARGREAVES, 2004).

No capitalismo contemporâneo, o conhecimento ganha importância por ser reconhecido como a principal força produtiva, “[...] a hegemonia exercida pelos países que dispõem de sistema educacional consolidado (porque acessível e concatenado às exigências do período histórico) parece não causar estranhamento” (LIMA e MARANHÃO, 2009, p. 586).

Existem quatro funções que revelam a importância do conhecimento, que para Lima e Contel (2011) são: a finalidade de manter o poder; promover a

estabilidade para facilitar a orientação e a exploração; ocultar vínculos sociais reais e controlar a natureza. O conhecimento, que é marca dos tempos atuais, determina novos padrões de organização social e econômica e produz riqueza. Há, pois, um caráter estratégico do conhecimento, assim “todo conhecimento, mesmo técnico, é não somente fonte potencial de riqueza e de sentido, mas também de riqueza em si. Como fonte de riqueza, ele é força produtiva; como riqueza, ele é fonte de sentido e fim em si mesmo” (p. 96).

Para Castells (2001) o conhecimento é um conjunto organizado de declarações, de fatos ou ideias que apresentam julgamento lógico ou resultado de comunicação de alguma forma sistemática. A Educação Superior desenvolve um intenso processo social de comunicação cujo mediador principal é o conhecimento, em suas múltiplas dimensões, dentre as quais as valorativas, as técnico-científicas, as políticas e as sociais.

Visto a partir da visão de mercado, o conhecimento é um insumo econômico, um capital, especificamente, um “capital cultural”. Portanto, poderia ser produzido e consumido, como matéria-prima. Dias Sobrinho (2010) discorda enfatizando que os conhecimentos não podem ser consumidos; muito pelo contrário, não se acabam, se ampliam, se enriquecem, se multiplicam e se incorporam ao acervo individual e social, ao serem transmitidos e aplicados.

Dias Sobrinho (2010) revela ainda que podem ser descobertos alguns paradoxos sobre a valorização do conhecimento, no tocante a serem fontes de riquezas e insumo de desenvolvimento. Um deles é que a economia do conhecimento dá o tom e as cores da sociedade do conhecimento. Outro é que o conhecimento sendo um bem universal tem como característica intrínseca ser internacional. A própria história da universidade e da socialização do conhecimento e das ideias, reflete essa tendência universalizante.

A *priori* a sociedade do conhecimento vem sendo constituída num cenário de cultura mundializada. Squirra (2005) destaca que: “Os princípios dessa sociedade trazem em si estampadas as modernas e dinamicamente evolutivas práticas e modelos de ação dos países mais avançados do globo” (p. 256).

Atrelada a esse movimento, a economia do conhecimento também vem ganhando forma, sendo definida “como a mobilização das competências

empresariais, acadêmicas e tecnológicas com o objetivo de melhorar o nível de vida das populações” (SQUIRRA, 2005, p. 262). Nessa economia, além dos critérios tradicionais, como renda *per capita* ou desenvolvimento humano, os países também passaram a ser classificados quanto à sua capacidade de gerar conhecimentos e transformá-los em riquezas.

Hargreaves (2004) esclarecendo sobre o conceito indica que a sociedade do conhecimento se caracteriza, sobretudo, por produzir economias do conhecimento que são estimuladas e movidas pela criatividade e pela inventividade. Nessa sociedade, os procedimentos são rigorosos e extremamente sofisticados, requerendo complexas ações para o domínio de suas possibilidades.

Na década de sessenta, um dos primeiros estudiosos da economia do conhecimento foi Boulding. Desde aquela época, já se indicava que a aplicação do saber sistematizado em processos organizacionais, assim como em objetos materiais (maquinário, infraestrutura, entre outros), era um dos atributos chave do sucesso econômico das nações. Possas lembra que a importância estratégica do esforço próprio de um país no investimento em ciência e tecnologia para seu desenvolvimento econômico era um consenso entre economistas e pesquisadores naquele período histórico (citados por LIMA e CONTEL, 2011).

Dias Sobrinho (2010) tem um posicionamento mais intenso com relação a sociedade do conhecimento e enfatiza que é *determinada* pela economia do conhecimento, que define as prioridades temáticas, as opções epistemológicas, os sentidos de utilidade, as formas de apropriação, os financiamentos, as relações entre os pesquisadores e a ciência.

A evolução das diferentes formas de combinação dos processos produtivos levou a criação da chamada economia baseada no conhecimento. Para Nez e Silva (2011) seu significado também remete explicações sobre o seu contexto, indicando que os investimentos e os gastos com pesquisa e com a Educação Superior são fundamentais para o seu aprimoramento.

Vale ressaltar que perante essa economia cujo principal insumo é o conhecimento e a informação, Bernheim (2006) considera que “Con la misma propiedad que hablamos de una economía del conocimiento, podemos también

identificarla como una economía del aprendizaje. Innovación y aprendizaje son como las dos caras de una misma moneda” (p. 65).

Ainda sobre a conceituação, há um posicionamento diferente sobre a sociedade do conhecimento, avançando sistematicamente em relação à Hargreaves (2004). Duarte (2011) indica que o capitalismo passa por mudanças e que se pode considerá-lo numa nova fase.

Mas isso não significa que a essência da sociedade capitalista tenha se alterado, isso não significa que estejamos vivendo uma sociedade radicalmente nova, que pudesse ser chamada de sociedade do conhecimento. A assim chamada sociedade do conhecimento é uma ideologia produzida pelo capitalismo, é um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo. Assim, para falar sobre algumas ilusões da sociedade do conhecimento é preciso primeiramente explicitar que a sociedade do conhecimento é, por si mesma, uma ilusão que cumpre uma determinada função ideológica na sociedade capitalista contemporânea (p. 07).

Assim, quando uma ilusão desempenha definido papel na reprodução ideológica de uma sociedade, não deve ser tratada como algo inofensivo ou de pouca importância, esse é o foco deste estudo. É preciso compreender qual o função desempenhada por essa ilusão, pois isso ajudará a criação de formas alternativas de intervenção coletiva e organizada na lógica objetiva da formação societária.

Duarte (2011) apresenta cinco ilusões da chamada sociedade do conhecimento. A primeira ilusão indica que o conhecimento nunca esteve tão acessível como hoje, isto quer dizer, vive-se numa sociedade na qual o acesso ao conhecimento foi amplamente democratizado pelos meios de comunicação, pela informática, pela Internet e por outros instrumentos.

A segunda ilusão é a capacidade para lidar de forma criativa com situações singulares no cotidiano. A terceira apresenta que o conhecimento não é a apropriação da realidade pelo pensamento, mas sim uma construção subjetiva resultante de processos semióticos intersubjetivos nos quais ocorre uma negociação de significados. Para Duarte (2003) o que confere validade ao conhecimento são os contratos culturais, que significa que o conhecimento é uma convenção cultural.

Na quarta ilusão, os conhecimentos são considerados todos com o mesmo valor, não havendo hierarquia quanto à sua qualidade ou quanto ao seu poder explicativo da realidade natural e social. E a quinta e última: o apelo à consciência dos indivíduos, constitui o caminho para a superação dos grandes problemas da humanidade. Duarte (2011) finaliza suas análises alertando que: “É preciso, porém, estar atento para não cair na armadilha idealista que consiste em acreditar que o combate às ilusões pode, por si mesmo, transformar a realidade que produz essas ilusões” (p. 9).

Didriksson (2008) de certa forma também concorda com essas ilusões, pois que: “El conocimiento, entonces, requiere ser explicado como proceso de trabajo pero también como el eje de la nueva organización social y como plataforma ideológico-cultural” (p. 417).

Afinal, a expressão sociedade do conhecimento, que foi cunhada por Bell e refinada por Drucker, significa não apenas o crescimento de alguns setores. Está presente em todas as partes da vida econômica dos indivíduos, caracterizando a forma de operacionalização das organizações (HARGREAVES, 2004). Todavia, nem sempre se preocupa com as tendências coerentes para uma sociedade igualitária e compreendendo que suas indicações são sobrepostas nas políticas públicas. É exatamente essa análise que este artigo procura aprofundar, especificamente em relação às políticas para a Educação Superior.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: ESCLARECIMENTOS INICIAIS

As três últimas décadas do século XX foram marcadas pela articulação intrínseca entre as estratégias de acumulação capitalista e a expansão da pobreza e da exclusão social. A crise dos anos setenta demoliu as bases sociais dos Estados nacionais, construídas nas décadas do pós-guerra, e colocou o desafio da reconstrução dessas bases, em distintas partes do mundo. Essa reorganização provocou complexas relações entre os países e ampliação do espaço econômico por meio de trocas comerciais. Nez (2006) destaca que as políticas públicas têm-se apresentado neste contexto de globalização, em função do momento histórico do capitalismo que se vive.

Atualmente, identifica-se nitidamente, que em tempos de mundialização do capital, marcados por mudanças tecnológicas, reforça-se que o conhecimento, produzido a partir das pesquisas acadêmicas, assume papel relevante no contexto ideológico da sociedade capitalista. Duarte (2003) esclarece que em decorrência disso, há um revigoração da valorização da educação por sua relevância para o desenvolvimento das nações, voltando esta ao cerne das discussões políticas e econômicas.

Para Pretto (2000) o momento atual marcado por tendências de ordem econômica, cultural e social gera desafios conflitantes. A transnacionalização econômica, e as propostas diferenciadas de cultura e os movimentos sociais em busca de espaço na sociedade, apesar de colidirem esforços, recorrem à Educação e vêem nela um meio para atingir seus objetivos. Silva e Gentili (1996) destacam que como produto, bem ou serviço, converte-se num alicerce central, não confinada ao espaço escolar, mas ampliada para os processos gerais da formação continuada e do desenvolvimento ao longo da vida, eleita como fator estratégico na construção de outra sociedade.

Por isso é impossível pensar a Educação sem considerar as alterações da base produtiva, nas exigências de reorganização do capital, explicitadas pela constante modernização da estrutura social. Também não há como descartar as contradições que colocam lado a lado a mudança e a permanência, que mascara velhas atitudes, maquiadas pelo velho dogma do mercado (HIDALGO e SILVA, 2001).

Todo esse processo repercute na definição de políticas públicas educacionais que estão presentes nos discursos de intelectuais e políticos, além dos pesquisadores da área. Nez (2006) comenta que é evidente que em toda ação política está subjacente uma *intencionalidade teórica ideológica*.

Vale ressaltar aqui a conceituação de política educacional, pois existem confusões conceituais em sua definição. Na análise e avaliação de políticas implementadas por um governo, fatores de diferentes natureza e determinação são importantes. A compreensão do conceito de *políticas públicas* é um fator relevante e pode ser entendido como o Estado em ação, para Höfling (2001) isto significa dizer

que é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas e de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

É fundamental afirmar que a política educacional é uma manifestação da política social. Ou, para usar as palavras de Freitag, *apud* Vieira, “[...] a política educacional não é senão um caso particular das políticas sociais” (2002, p. 14). É, desta forma, uma política pública de corte social, de cunho social, de responsabilidade do Estado. Como as demais políticas sociais, a política educacional envolve um amplo conjunto de agentes sociais que se expressa, sobretudo, por meio de iniciativas direta ou indiretamente promovidas pelo poder público e, portanto, o Estado é uma referência fundamental.

É válido comentar que para Vieira (2002), há uma distinção entre Política Educacional e políticas educacionais:

a Política Educacional (assim em maiúsculas) é uma, Ciência Política em sua aplicação ao caso concreto da educação, porém as políticas educacionais (agora no plural e em minúsculas) são múltiplas, diversas e alternativas. A Política Educacional é, portanto, a reflexão teórica sobre as políticas educacionais [...] se há de considerar a Política Educacional como uma aplicação da Ciência Política ao estudo do setor educacional e, por sua parte, as políticas educacionais como políticas públicas que se dirigem a resolver questões educacionais (p. 15-16).

Considerando a distinção feita, pode-se dizer que, de fato, o que se costuma denominar de políticas educacionais no Brasil não tem passado de um conjunto de conceitos, projetos e procedimentos decorrentes da idéia que fazem da educação, os ocupantes ocasionais do poder.

Souza e Silva (1997) comentam que um documento de política educacional não pode corresponder, seja em nível federal seja em estadual ou municipal, apenas ao período de duração de um mandato governamental. A política deve ser formulada não apenas pela equipe de técnicos de um ministério ou uma secretaria, agindo em circuito fechado, e sim por colegiados de educadores e administradores, tanto quanto possível sem laços de subordinação direta aos governantes. Isso pode garantir um conjunto de ações planejadas que seriam respaldadas pela coletividade.

Assim, uma política nacional de educação é mais abrangente do que apenas uma legislação proposta para organizar uma área, aqui no caso específico deste artigo, a Educação Superior. Shiroma, Moraes e Evangelista (2001) indicam

que se realiza também pelo planejamento educacional e financiamento de programas governamentais, em suas três esferas, bem como, por uma série de informalidade e pelos meios de comunicação. Em sendo desta forma, relaciona-se diretamente à sociedade do conhecimento.

Inicia-se uma preocupação em elaborar uma análise crítica dessas políticas que influenciaram, e vêm influenciando o desenvolvimento da Educação Superior nos dias atuais, pois elas não são neutras e estão impregnadas de intencionalidades de várias ordens. O processo de definição de políticas educacionais para uma sociedade reflete os conflitos de interesses e os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo.

3. A UNIVERSIDADE NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

A Educação Superior e em destaque nesse artigo a universidade é considerada um espaço de tomada de decisões formativas e se constitui como um cenário complexo e multidimensional, no qual incidem e se entrecruzam influências dos mais diversos tipos. Porém, está passando por mudanças tanto na estrutura do ensino como na sua posição social em função da sociedade e da economia do conhecimento.

Nesse emaranhado da sociedade do conhecimento encontra-se a universidade brasileira, que tem como funções o ensino e a pesquisa, bem como a extensão como forma de inserção na sociedade. A definição da correlação de algumas dessas funções acontece a partir das relações que são estabelecidas com as organizações governamentais e com a sociedade. Para Nez (2014) os interesses do Estado (econômico e social), o interesse das comunidades e dos próprios membros da universidade, fazem com que as instituições discutam sobre sua especificidade.

Zabalza (2004) comenta que “[...] essa dinâmica de adaptação constante às circunstâncias e às demandas da sociedade acelerou-se tanto nesse último meio século, que é impossível um ajuste adequado sem uma transformação profunda das próprias estruturas internas da universidade” (p. 19).

Isso acontece porque a universidade “[...] é uma *instituição social*. Isso significa que ela realiza e exprime, de modo determinado, a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada, e sim, uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (CHAUÍ, 2001, p. 35 – grifo da autora). Sendo assim, as políticas que regem esta instituição também são determinadas e sofrem influência desta mesma sociedade que na contemporaneidade tem traços fundamentais da ênfase no conhecimento e na informação.

Destaca-se, porém, que para a discussão do papel da universidade neste íterim e a tentativa de buscar novos caminhos para a concretização de uma possibilidade de encaminhamento que pudesse melhorar o seu desenvolvimento, indica-se a ocorrência de uma crise³ na/da universidade brasileira.

Santos (2005) caracteriza-a a partir de três indicativos: crise com ênfase na hegemonia, crise de legitimidade e institucional. A primeira delas é resultado das contradições das funções tradicionais da universidade que lhe foram atribuídas ao longo dos anos. É importante evidenciar que a crise da hegemonia foi “provocada ou induzida pela perda de prioridade do bem público universitário nas políticas públicas e pela consequente secagem financeira e descapitalização das universidades” (SANTOS, 2005, p. 13), que ocorreu no Brasil especificamente nos governos neoliberais, tanto em nível federal como em nível estadual.

Já a segunda crise é provocada pelo fato da universidade ter deixado de ser uma instituição consensual por conta da contradição entre saberes especializados e sua hierarquização, atendendo as exigências sociais e políticas da democratização do saber e da escola e da acessibilidade para todos os interessados na Educação Superior (SANTOS, 2005). Reflexões essas que podem ser sentidas na “tessitura”⁴ da sociedade do conhecimento.

E na terceira e última indicação de Santos (2005), a crise institucional é compreendida como o resultado “da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição de valores e objetivos da universidade” (p. 09). Isto também referenda a escolha das instituições de Educação Superior a partir dos critérios de eficácia e

³ Há outros autores que referendam a crise da/na universidade, ver detalhamento em Goergen (2003) e Dias Sobrinho (2010).

produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social que se espraia na produção das pesquisas nas universidades.

Essa crise institucional teve duas razões distintas: a primeira, redução da autonomia da universidade até à eliminação da produção e divulgação do conhecimento crítico, e a segunda, identifica a universidade a serviço de projetos modernizadores autoritários⁵. Desta forma, se abre “[...] ao setor privado a produção do bem público da universidade e obrigando a universidade pública a competir em condições de concorrência desleal no emergente mercado de serviços universitários” (SANTOS, 2005, p. 14).

A partir destes indicativos da realidade da Educação Superior brasileira, é imprescindível então propor “uma compreensão unívoca do que venha a ser o objetivo da Universidade, sem o que não poderíamos saber para onde ela caminha e para onde deveria caminhar” (BOTOMÉ, 1996, p. 46). Assim, sua finalidade deveria ser a produção do conhecimento, bem como a sua respectiva acessibilidade, possibilitando à sociedade agir adequadamente quando defrontada com as limitações impostas pela sociedade do conhecimento.

Em outras palavras, significa salientar que a universidade tem por função social a produção e a socialização de conhecimentos que subsidiem a melhoria das práticas sociais, porém está imersa numa sociedade em transição, com base na economia do conhecimento e no ajuste das instituições de Educação Superior para essa situação.

Portanto, a proposta de uma universidade para “além” da sociedade do conhecimento significaria desenvolver valores, estabelecendo compromissos com a vida coletiva e não apenas com o trabalho em equipe e em redes (FRANCO e MOROSINI, 2001), cultivando uma identidade que construa cidadãos críticos, bem como a responsabilidade para com os grupos excluídos dentro e além da própria sociedade.

À Educação Superior cabe o desafio de enfrentar os contra-sensos da regulação e da autonomia, tanto nos amplos espaços transnacionais dos sistemas

⁴ Consultar Nez (2014).

⁵ Uma discussão interessante dessa questão pode ser encontrada nas reflexões sobre o Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) intitulado inicialmente como Processo de Bolonha e a construção de um espaço de pensamento hegemônico (totalitarismo) em Nez (2012).

globais e nas políticas públicas nacionais e institucionais, como nas esferas da subjetividade da formação dos sujeitos. Dias Sobrinho (2010) comenta que

O fato indiscutível é que a educação superior, com todos os seus problemas, ocupa um lugar central no desenvolvimento cultural e econômico da vida contemporânea. Pode-se dizer que o tipo de futuro que teremos em boa parte vai depender das respostas que hoje dermos aos dilemas da educação superior. Por tudo isso, é importante refletir sobre as funções que exerce na construção da sociedade, não simplesmente do ponto de vista de sua participação na capacitação profissional e técnica, mas, também e, sobretudo em relação aos significados éticos e políticos, que constituem parte essencial daquilo que é a sua responsabilidade pública (p. 44).

Assim, a Educação Superior é, ao mesmo tempo, central para o desenvolvimento social e econômico na sociedade do conhecimento, mas, paradoxalmente, vítima de descrédito. Ainda que seja a principal instituição da produção, sistematização e socialização do conhecimento, a universidade está hoje ameaçada até mesmo em sua natureza essencial, vivenciando as crises existenciais pontuadas anteriormente.

Destaca-se, então, a afirmação de que o conhecimento é importante matéria-prima das riquezas, uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento. Isto já seria suficiente para reconhecer a centralidade da Educação Superior nesse mundo competitivo global da sociedade em rede (CASTELLS, 2006). A evidência se mostra no papel histórico que essas instituições têm tido no desenvolvimento dos países, no avanço dos conhecimentos e no fortalecimento da economia do conhecimento.

Porém, as universidades não se constituem em elementos de determinação do desenvolvimento socioeconômico e cultural sozinhas, há outros aspectos relevantes. Mas, para Lima e Contel (2011), “ninguém ousaria discordar de seu papel estruturante na medida em que criam condições que predispõe ao debate, à formação de quadros, à indagação, à busca de novos caminhos, à formulação de estratégias, e muito mais” (p. 08).

Robertson (2009) concorda com a ideia de que em muitas partes do mundo, a Educação Superior é vista como um “motor” para o desenvolvimento da economia baseada no conhecimento; por isso suas políticas, seus programas e suas práticas

são cooptados e dimensionados por interesses políticos e econômicos geoestratégicos mais amplos.

Dessa forma, não se pode isolar fatos e acontecimentos que influenciam a estrutura universitária⁶. A sociedade e a economia do conhecimento devem representar aspectos importantes de reflexão quando se elabora uma análise da sociedade brasileira, principalmente no que se refere aos atos que são desenvolvidos no âmbito social e educacional, suscitando questões que procuram verificar até que ponto as políticas educacionais brasileiras estão sendo norteadas por esses processos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aprofundamento analítico da pesquisa bibliográfica realizada neste estudo permitiu compreender que com relação a função histórica de aprimoramento dos indivíduos e socialização do conhecimento produzido, a universidade tornou-se um bem cujo beneficiário é a sociedade do conhecimento, que também é da competitividade.

Pode-se considerar que o campo educacional é cruzado por relações que conectam poder e cultura, pedagogia e política, memória e história. Precisamente por isso, é um espaço permanentemente atravessado por lutas e disputas por hegemonia. Neste sentido, uma breve reflexão sobre as políticas sinalizam que a universidade passou de um bem cultural, para um bem econômico, de um lugar reservado a alguns, para um lugar destinado ao maior número possível de trabalhadores para o mercado de trabalho na sociedade do conhecimento.

O que foi evidenciado no estado de conhecimento⁷ sobre a temática foi um amplo processo de redefinições globais das esferas políticas e sociais, no qual são

⁶ Um exemplificador desses norteamientos nas/das políticas públicas especificamente para a Educação Superior brasileira é o Programa Ciência sem Fronteiras, que promove expansão e internacionalização da ciência, da tecnologia, da inovação e da competitividade, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, além da formação do pesquisador. Esse programa implica no empresariamento da atividade científica e a produção do conhecimento passa a ser um espaço de poder dominante na sociedade, tensionando a privatização da pesquisa (NEZ, 2014). Ver mais sobre em Santos (2013) e Silva (2012).

⁷ Produção acadêmica sobre a temática que sintetiza estudos selecionados sob critérios previamente estabelecidos (FRANCO, 2011). A base de dados elencada foi: resumos e artigos em anais de eventos, periódicos, entre outros.

utilizados mecanismos para recriar situações favoráveis para a sociedade do conhecimento, política e socialmente. Não se evidencia apenas uma reestruturação, mas uma redefinição e reelaboração das próprias formas de representação e significação na sociedade através da economia do conhecimento. Todas as mudanças ocorridas transformaram o seu significado social, sua estrutura, sua política, sua dinâmica e suas relações com a sociedade, que se configura em um fenômeno social complexo e dinâmico por conta de suas crises, reflexos da sociedade do conhecimento.

Essa política faz com que noções de justiça social recuem no espaço e discussão pública e cedam lugar às noções de produtividade, eficiência, competitividade, individualismo, qualidade, como uma suposta modernidade. Nesse sentido, não se pode confundir, política com a etapa de normatização, com atividade de elaboração e/ou aplicação de uma determinada regulamentação ou programa.

Pode ser muito mais do que isso se analisada e proposta adequadamente, sendo um caminho de superação dos impasses e das crises vivenciadas pelas instituições de Educação Superior. É imprescindível criar um espaço em que se torne possível pensar o econômico, o político e o social fora das categorias que justificam o arranjo capitalista da sociedade do conhecimento.

Uma das saídas para se planejar as políticas públicas para a Educação Superior brasileira na sociedade do conhecimento é organizar uma política voltada à pesquisa que correlacione o ensino e a extensão (NEZ, 2014), além da democratização do conhecimento, através do acesso a universidade pública. Para Alves (1996): “Isso exigirá, por parte de todos os que produzem a universidade, seriedade profissional, renúncia ao comodismo e aos interesses pessoais e corporativos” (p. 71). Do mesmo modo, demanda uma práxis que tenha como compromisso realizar o ensino na graduação articulado à pesquisa e à extensão de forma séria e coerente, não com vistas à mercadorização do conhecimento, mas para além como uma possibilidade de construção do sujeito político na universidade.

Finalmente, aponta-se que não adianta providenciar ações que responderão à parte do problema exposto e existente na sociedade, é necessário tentar

implementar uma proposta crítica e soluções ao cerne da questão, tais como melhorar a qualidade do trabalho dos brasileiros para supostamente tentar incluí-los socialmente, mesmo que seja numa sociedade do conhecimento excludente.

Uma universidade para além da sociedade do conhecimento significaria, portanto, construir novos e melhores relacionamentos entre docentes, discentes e a sociedade. Isso envolveria muito mais do que aprender a trabalhar em equipes cooperativas de curto prazo, exige um projeto coerente de desenvolvimento dessas atividades dentro da universidade através de políticas públicas adequadas.

Nez (2014) destaca que não assumir os devidos lugares e responsabilidades nesse espaço significa entregá-lo às forças que, certamente irão moldá-lo de acordo com seus próprios objetivos, que podem não ser exatamente os objetivos de igualdade e de um futuro melhor para todos. O planejamento estratégico das políticas públicas na universidade representaria um espaço para analisar crítica e prospectivamente a organização e as práticas da instituição com relação ao seu tripé constitucional (ensino, pesquisa e extensão).

Enfim, permanecem muitos questionamentos que necessitam de aprofundamento teórico-reflexivo, entre eles o esclarecimento de que sociedade é esta, que tipo de discurso crítico é necessário construir para contrapor-se ou solidarizar-se, que responsabilidades a universidade deve ter efetivamente, entre outros. Caberá aos envolvidos direta e indiretamente com a Educação Superior a produção de alternativas possíveis para ir “além” da sociedade e da economia do conhecimento.

Abstract: The aim of this study is to discuss public policies for Higher Education, from the finding of a knowledge society. Seeks to extend analysis in building an institution for "beyond" this hegemonic process. For this it is necessary that everyone is alert to understand contemporary reality through reflections on the constituent elements of that historical period and its interference with the role of universities. The scientific relevance of this literature indicates that this effort of understanding, reveals social and political, not just to consider the institutions of Higher Education inserted in the knowledge society. Rather, it is essential to identify the educational policy and Brazilian university suffer tensions in the development of their actions, with the trailer of this movement.

Key-words: University. Public policy. Knowledge society.

Referências

- ALVES, N. **Formação de professores: pensar e fazer**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- BERNHEIM, C. T. Comentarios a la ponencia de Dr. Axel Didriksson: “universidad, sociedad y nuevo conocimiento y nueva economía”. VESSURI, H. (coord.) **Conocimiento y necesidades de las sociedades latinoamericanas**. Venezuela: IVIC, 2006.
- BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. V. 1. Trad. Roneide Venâncio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. A sociedade em rede: do conhecimento à política. CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (orgs.) **A sociedade em rede do conhecimento à ação política**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2006.
- CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.
- DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- DIDRIKSSON, A. Educación superior y sociedad del conocimiento en América Latina y el Caribe, desde la perspectiva de la Conferencia Mundial de la UNESCO.
- TUNNERMANN B, C. **La educación superior en América Latina y el Caribe: diez años después de la Conferencia Mundial**. Colombia: IESALC/UNESCO, 2008.
- Disponível em: http://www.iesalc.unesco.org.ve/index.php?option=com_fabrik&c=form&view=details&Itemid=840&fabrik=10&rowid=5&tableid=10&lang=es. Acesso em: 12 ago. 2011. p. 399-458.
- DUARTE, N. **As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento**. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE18/RBDE18_05_NEWTON_DUARTE.pdf. Acesso em: 05 jun. 2011.
- _____. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2003.
- FRANCO, M. E. D. P. Construção de conhecimento acerca da qualidade na gestão da educação superior. MOROSINI, M. C. (org.). **Qualidade na educação superior: reflexões e práticas investigativas**. V. 3. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.
- _____; MOROSINI, M. C. (orgs.) **Redes acadêmicas e produção do conhecimento em educação superior**. Brasília: Inep, 2001.
- GOERGEN, P. Universidade e responsabilidade social. LOMBARDI, J. C. (org.). **Temas de pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2003.
- HARGREAVES, A. **O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- HIDALGO, A. M.; SILVA, I. L. F. (orgs.) **Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2001.

- HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**. Campinas, v. 21, n. 55, nov. 2001. p. 30-41.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. **Internacionalização da educação superior: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento**. São Paulo: Alameda, 2011.
- _____.; MARANHÃO, C. M. S. A. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Avaliação**. Campinas: v. 14, n. 3, nov. 2009. p. 583-610.
- MOROSINI, M. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas. **Educar**. Curitiba, n. 28. Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2006.
- NEZ, E. **Em busca da consolidação da pesquisa e da pós-graduação numa universidade estadual: a construção de redes de pesquisa**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.
- _____. Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES): política pública para a construção de um pensamento hegemônico. **Seminário ANPAE Região Sul, Gestão e políticas públicas de educação: desafios atuais**. Pelotas: UFPel, 2012.
- _____. Um balanço do Programa Nacional Bolsa Escola (2001-2003). **Educere et Educare**. , v. I, p. 301 - 306, 2006.
- _____.; SILVA, R. T. P. O ensino na universidade para “além” da sociedade do conhecimento: algumas reflexões. **6. Encontro Iberoamericano de Educação (EIDE)**. Araraquara: UNESP, 2011.
- PRETTO, N. L. (org.) **Globalização e educação: mercado de trabalho, tecnologias de comunicação, educação à distância e sociedade planetária**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2000.
- ROBERTSON, S. L. O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? **Revista Brasileira de Educação**. V. 14, n. 42. set./dez. 2009. p. 407 – 422.
- SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, E. **Internacionalização da educação superior através do Programa Ciência sem Fronteiras**. Projeto de trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Computação, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário Vale do Teles Pires, Colider, 2013.
- SILVA, R. T. P.; Política de incentivo a formação de pesquisadores: reflexões sobre o programa ciência sem fronteiras. **IX ANPED SUL 2012: seminário de pesquisa em educação da região sul**. 2012.
- SILVA, T. T.; GENTILI, P. (orgs.) **Escola SA: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.
- SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- SOUZA, P. N. P.; SILVA, E. B. **Como entender e aplicar a nova LDB**. São Paulo: Pioneira, 1997.

SQUIRRA, S. Sociedade do conhecimento. MELO, J. M. M.; SATHLER, L. **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005.

VIEIRA, S. L. Políticas de formação em cenários de reforma. In: AMARAL, A. L.; VEIGA, I. P. A. (orgs.) **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas: Papirus, 2002.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Texto acadêmico recebido em: 17/02/2014

Processo de Avaliação por Pares: (Blind Review - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/05/2014

Revista Multidisciplinar Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424